

KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Nova Iguaçu, RJ, 28 de Setembro de 2018.

Ao Departamento de Compras e Licitações da **Prefeitura Municipal de Navegantes**

Edital de Licitação Pública Concorrência Nº 115/2018

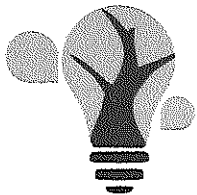
Ilmo(a) Sr(a). Presidente da Comissão de Licitação

RECURSO

KLAREAR SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.932.109/0001-50, com sede na Rua Raimundo Brito de Oliveira, 372, Centro – Nova Iguaçu/RJ, vem, respeitosamente, perante essa Ilustre Comissão, impetrar **RECURSO** quanto a decisão da Comissão de Licitação, a qual, fomos considerados inabilitados do processo em epígrafe.

DO OBJETO

O objeto da licitação referenciada é a CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO CMEI BRUCE CRSTON KAY, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

DA REGULAMENTAÇÃO

A LEI FEDERAL 8.666 DE 21/06/93

Dirigidos em face a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

DA TEMPESTIVIDADE

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

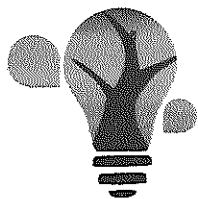
I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) ~~rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEU ART. 37:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Face ao Edital supracitado, relacionamos **os fatos** como se seguem:



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

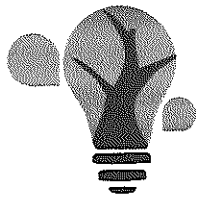
PRIMEIRO

Em publicação no DOM/SC – Edição de nº 2637 – pág. 605 no dia 26/09/2018, foi divulgada a Ata da Sessão da Habilitação das licitantes a qual menciona a inabilitação da empresa KLAREAR. A empresa KLAREAR, somente recorre da decisão proferida da Comissão, pela situação a qual evidentemente foi equivocada e em favor da justa contratação pela Administração Pública, nestes termos, damos sequencia aos fatos ocorridos no presente procedimento licitatório, conforme adiante:

O fato que ensejou a inabilitação da empresa KLAREAR não se justifica, uma vez que, a KLAREAR cumpriu rigorosamente todas as exigências do edital em loco, vejamos o conteúdo da ata publicada:

24/09/2018 (Segunda-feira)	DOM/SC - Edição Nº 2637	Página 605
Navegantes		
PREFEITURA		
ATA DA SESSÃO 115/2018 PMN -- HABILITAÇÃO		Publicação Nº 1753599
<p>Ata 115/2018 PMN - Habilitação</p> <p>As nove horas do dia vinte de setembro de dois mil e dezoito, reuniram-se a comissão permanente nomeada pela portaria 566/2018 para verificar os questionamentos apresentados pelas empresas na sessão do dia quatorze de setembro de dois mil e dezoito. Foi questionado o atestado de capacidade técnica da empresa Klarear, verificou-se que o atestado de capacidade técnica está no nome do responsável técnico, não cumprindo com o edital. Questionou-se o contrato social da Construtora Angelo, a comissão encaminhou o questionamento e o documento à Junta Comercial, que informou se tratar de documento válido e registrado, e que o protocolo datado em 2018 não se trata de protocolo da Junta Comercial, portanto, o o documento apresentado é o último consolidado. Referente ao questionamento sobre o termo de abertura e termo de encerramento do balanço patrimonial da empresa Balbirot, e ao índice de liquidez e o índice grau de endividamento em reais da empresa Thomé Empreendimentos Imobiliários e da empresa Klarear foi solicitado ao contador Joel Vieira para analisar aos questionamentos sobre, os índices em reais está correto e cumpre como o exigido no edital, sobre o termo de abertura e encerramento também encontra-se correto pois o período de escrituração corresponde ao anual. Portanto a empresa Klarear está inabilitada e as demais empresas estão habilitada. Abre-se prazo para recurso.</p>		

O fato refere-se sobre o atestado de capacidade técnica da empresa que esta em nome do profissional.



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Para melhor análise, vejamos o que exige o edital, transcrevemos:

5.4 Qualificação Técnica

5.4.1 Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, compatível com o objeto da licitação;

5.4.2 No caso de empresa com domicílio ou sede em outro Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC ou CAU/SC em até 10 (dez) dias após o término da sessão;

5.4.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa de direito público ou privado devidamente registrados nas entidades profissionais competentes compatível com o objeto licitado;

Obs.: Não será aceito Atestado Técnico subscrito pela própria empresa participante do certame;

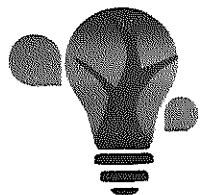
5.4.4 Certidão de Acervo Técnico (do profissional responsável pelos serviços), compatíveis com o objeto da licitação;

Embora a Comissão não tenha indicado o item ao qual foi responsável pela inabilitação, o que causa certa estranheza, podemos sugerir de que se trata do subitem 5.4.3., destacamos:

5.4.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa de direito público ou privado devidamente registrados nas entidades profissionais competentes compatível com o objeto licitado;

Ora, em uma análise simples, verificamos que o texto não menciona em nenhum momento que a comprovação deve ser em nome da empresa ou do profissional. Ficando em aberto esse atendimento. Tanto é verdadeiro que em outros editais da prefeitura a mesma exigência é clara e específica como podemos notar de outro edital que participamos que revela-se assim:

5.4.4 A Experiência da Empresa deverá ser comprovada através de Atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico, que comprove **que a licitante** já executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto descrito conforme quadro abaixo: (...)



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

O item acima descrito trata-se do edital 066/2018. Na exigência, não resta dúvida de que se pede que o atestado seja da LICITANTE, conforme nosso negrito no texto. Portanto, cabível ou não, esta claro que o edital requer atestado em nome da empresa. Contudo, ressaltamos que esse processo foi cancelado, e, um dos motivos foi a qualificação técnica equivocada.

Destacamos mais um edital da Prefeitura de Navegantes, agora o 076/2018:

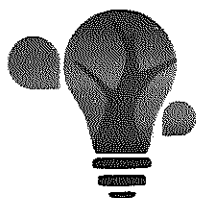
5.4.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente (**da empresa licitante/PJ**), com a apresentação de Atestado Técnico fornecido por pessoa de direito público ou privado devidamente registrados nas entidades profissionais competentes compatíveis com o objeto licitado; Obs.: Não será aceito Atestado Técnico subscrito pela própria empresa participante do certame;

Esse fica ainda mais claro e evidente, o item destaca que deseja que atendimento seja pela empresa licitante, conforme destacado.

Comparando as exigências dos editais, é fácil perceber suas diferenças e particularidades. Ora, se em um importa informar de quem se requer a comprovação, então, se a mesma não for informada em outro, entende-se que não há uma preferência específica para o atendimento, qual seja, profissional ou licitante. Alertamos que não pode haver exigências ÍMPLICITAS em editais, sob o risco de indicar fraudes.

Desta forma, não podemos deixar de observar o que diz a Lei 8.666/93 em artigo 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Destacamos o princípio da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONCATÓRIO, para o devido embasamento legal das nossas alegações.

Essa é uma garantia fundamental que tem por objetivo regulamentar o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

Nessa perspectiva, a Administração Pública, ao inobservar seu próprio item, estará descumprindo a lei.

Dessa feita, observado o conceito do princípio da "Vinculação ao Instrumento convocatório", é fundamental observar outros artigos que vinculam esse entendimento, são os artigos 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor;



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que:

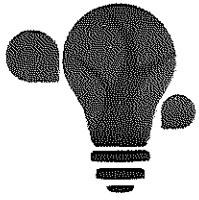
“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, **será indispensável a apresentação dos documentos** correspondentes por ocasião da fase de habilitação” (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305). Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital (como documento enviado por fac-símilesem apresentação dos originais posteriormente).

Atribuindo a lógica de Marçal ao contrario, no caso do edital **não** impuser um determinado requisito, obvio é o entendimento de que se será DISPENSÁVEL A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO.

Ademais, a Comissão sequer indicou o item que foi desatendido. Ficando evidente de que admitiu que a exigência não existiu no edital, independente do motivo.

A empresa KLAREAR já participou de licitação na Prefeitura de Navegantes e foi considerada inabilitada por não apresentar atestado em nome da empresa no processo 066/2018, contudo, a KLAREAR tomou todas as medidas para se habilitar, através de impugnações. Não sendo uma “aventura”, ignorando as regras editalícias, e sim, discordando das mesmas por achar ilegais e buscando se habilitar. Portanto, a participação na licitação na sequência não foi uma insistência, como se pode verificar nos comentários da comissão através da gravação do certame. Foi decisão através de inúmeros debates, estudos e planejamento interno da empresa.

A KLAREAR decidiu por participar porque não viu nenhum fato impeditivo no edital que a impossibilitasse.



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

De mais a mais, já discordamos desse tipo de exigência a qual fizemos uma larga abordagem que repetimos a seguir:

Destaca-se que o pleito defendido acerca da **"CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE"**, que envolve a comprovação do poder operacional da empresa licitante, é vista como, a atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos necessários ao atendimento do interesse público. Contudo, a comprovação do poder logístico, gerencial e operacional pode ser extraída por meio de outros documentos para a habilitação das pretensas licitantes no processo licitatório em tela. Ademais, em nenhum momento da Lei 8.666/93 se lê ou se verifica a previsão de exigência de **atestado técnico-operacional (Licitante)**, havendo apenas a possibilidade de exigir a comprovação da **capacidade técnico-profissional (Engenheiro)**, desde que cumpridas as suas limitações. Assim como se comprova através do art. 30 da Lei nº 8.666/93, que mais adiante está transcrito. Antes, vamos ver o que diz a doutrina.

Marçal Justen Filho atento à problemática referente ao art. 30 da Lei nº 8.666/93, adverte:

"Antes de tudo, deve ressaltar-se a dificuldade em interpretar o art. 30. Por um lado, trata-se de tema dos mais problemáticos, especialmente por ser impossível a lei minudenciar limites precisos para as exigências que a Administração adotará. Por outro lado, houve vetos presidenciais que desnaturam a sistemática adotada pelo legislador. O art. 30 teve sua racionalidade comprometida em virtude desses vetos. Logo, é impossível afirmar com certeza que determinada interpretação é a única (ou melhor) comportada pela regra. Trata-se de uma daquelas hipóteses em que a evolução social (inclusive e especialmente em face da jurisprudência) determinará o conteúdo da disciplina para o tema, tal como adiante será exposto."

Marçal continua:

"Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas. Para evitar dúvidas acerca da validade das exigências, a Lei nº 8.666 introduziu regras impondo limites à discricionariedade administrativa."

Nessa direção, a Administração deve prever em seus editais de licitações apenas exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal/88, de forma a evitar restrições ao caráter competitivo do certame, o que é vedado pelo inciso I do § 1º do art. 3º da Lei no 8.666/93. Além do mais a exigência da documentação prescrita no art. 30, caput, do Estatuto de licitações prevê o cumprimento de alguns requisitos, senão, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:**

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; II - (Vetado). a) (Vetado). b) (Vetado)." (g.n.)

Rua Raimundo Brito de Oliveira, 372 – Posse – Nova Iguaçu – RJ

Contato: Tel. 021 4106-6326 – e-mail: klarear@klarear.com.br – website: www.klarear.com.br



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Pela simples leitura do caput do dispositivo legal em comento, denota-se que a intenção do legislador foi impor um limite ao poder discricionário da Administração em estabelecer os parâmetros de exigência dos documentos que compõem o rol do art. 30 da Lei 8666/93, não instituindo, assim, obrigatoriedade, mas sim faculdade do Poder Público em exigir todos ou nenhum dos documentos ali relacionados.

Nesse sentido, o TCU já atualizou seu entendimento, conforme se percebe no teor do Acórdão nº 128/2012 – 2ª Câmara, *in verbis*:

“1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, confirmada pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011.” (g.n.)

Além disso, deve-se ressaltar que o art. 30, II, da Lei de Licitações não deve ser analisado solitariamente, mas em combinação com o §1º do mesmo dispositivo, que tem por escopo disciplinar a exigência dos atestados técnicos.

Nesse diapasão, denota-se que o inc. II do §1º do art. 30, que tratava especificamente da capacidade técnica-operacional, foi objeto de veto presidencial, pelas seguintes razões:

“Reconhecidamente, a competição entre possíveis interessados é princípio ínsito às licitações, pois somente ao viabilizá-la o Poder Público pode obter a proposta economicamente mais vantajosa, barateando, assim os preços de suas obras e serviços. Ora, a exigência de “capacidade técnico-operacional”, nos termos definidos no primeiro dos dispositivos supra, praticamente inviabiliza a consecução desse objetivo, pois segmenta,



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

de forma incontornável, o universo dos prováveis competidores, na medida em que, embora possuindo corpo técnico de comprovada experiência, uma empresa somente se habilita a concorrer se comprovar já haver realizado obra ou serviço de complexidade técnica à que estiver sendo licitada.”

Desta forma, torna clara e cristalina a intenção do legislador em autorizar apenas a exigência de experiência, ou seja, através de atestado a comprovação de aptidão de capacitação técnico profissional dos profissionais que integram os quadros permanentes das pretensas licitantes.

Conclui-se que a interpretação que tem sido dada ao II, do art. 30, da Lei nº 8.666/93, no sentido de entender viável a exigência de atestados em nome de empresas, contém o defeito inafastável do descumprimento legal à exigência de que tais declarações (atestados) sejam registradas no órgão competente. Se os atestados só têm valor legal quando registrados no órgão competente, e o órgão competente para registrar atestados referentes a obras e serviços de engenharia não deixa dúvidas que só registra atestados em nome de profissionais, a exigência de atestados em nome de empresas torna-se inócua, exatamente pela falta do registro confiável.

Portanto, não merece prosperar esse tipo de exigência restritiva, ainda mais na fase de habilitação, que põe em risco a exclusão imediata de grande quantidade dos licitantes.

Em sentido amplo, qualquer determinação no Edital que restrinja o caráter competitivo deve ser objeto de atos impugnatórios via administrativa ou judicial.

Assim, a nós, licitante cabe recorrer da inabilitação em tela, a qual consideramos desarrazoada, desproporcional e ilegal. Trazemos à luz o Acórdão 1631/2007. Plenário (Sumário).



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

"O princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade, a admitir, por óbvio, excepcionalidades que sejam conduzidas por circunstâncias ensejadoras de determinada feição fora do comum. Não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprimível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que, nos termos do art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e também a observância do princípio constitucional da isonomia"

Diante de todos os argumentos fáticos e jurídicos supra expostos, considerando:

PRÍNCÍPIO DA LEGALIDADE

O Administrador Público é vedado fazer prevalecer sua vontade pessoal; positivamente, obriga que sua atuação se cinja ao que lei impõe. No campo da licitação significa que só serão válidos e legítimos os atos do procedimento licitatório praticados em rigoroso compasso com a lei. Nesse sentido, o procedimento é vinculado, o que quer dizer que a vontade da lei define e limita a atuação do licitador, não lhe concedendo qualquer margem de atuação discricionária.

PRÍNCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.



KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, **não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos** do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. [grifos e negritos acrescidos]

Em face do exposto, certifica-se que a decisão da Comissão de Licitação deve ser refeita, restando-lhe, tão somente, sopesar os fatos e argumentos trazidos à sua consideração, à luz da melhor interpretação, com esteio na lei e jurisprudência, além da vantajosidade, em atendimento ao princípio da economicidade, visto que, as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Diante do leque de justificativas acima externadas, não resta qualquer dúvida de que não persiste razão para o feito em registro da Ata ora em apreço, que não deve prosperar a inabilitação da KLAREAR SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS EIRELI ME.

Isto posto, requer a KLAREAR SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS EIRELI ME, que a Douta Comissão de Licitação da Prefeitura de Navegantes se digne julgar **PROCEDENTE** o presente Recurso, com base nos argumentos acima articulados, para efeito de **HABILITAR** a Recorrente, na presente licitação, em respeito aos princípios básicos da licitação, notadamente o da **Vinculação ao Instrumento Convocatório**, e por se tratar de uma questão Direito e da mais **sublime Justiça**.




KlarearST

SERVIÇOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS LTDA

Outrossim, caso assim não proceda a Douta Comissão de Licitação, *ad argumentadum*, requer a Recorrente que o presente seja devidamente instruído e encaminhado a Autoridade Superior, para exame e provimento na forma da lei (art. 109 § 4º Lei 8.666/93), ressaltando, por fim, que serão encaminhadas cópias para o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado da Santa Catarina.

Nestes termos, pede deferimento.

Atenciosamente,



Klarear Serviços e Soluções Técnicas Eireli ME
Pedro Paulo da Silva Dias – Sócio
RG 09850325-3